

GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA LEITURA ACERCA DOS INDICADORES SUBJETIVOS DE QUALIDADE DE VIDA

PUBLIC GOVERNANCE: A READING ABOUT THE LIFE QUALITY SUBJECTIVE INDICATORS

HELENA HINKE DOBROCHINSKI CANDIDO¹ E MARIALVA TOMIO DREHER²

Recebido em: 31/07/2012

Aprovado em: 02/04/2013

RESUMO

A governança pública é um processo de gestão compartilhada dos interesses públicos. É conduzida pela articulação dos sujeitos, das instituições e dos poderes executivos em sistemas que promovem transparência, participação e democracia. Por ser complexa, utiliza-se de diversos procedimentos de avaliação e controle, como os indicadores de qualidade de vida que podem evidenciar os esforços públicos na promoção do bem-estar. Porém, na definição das estratégias que incentivam a participação e a cidadania, a subjetividade é pouco considerada. Isso prejudica o processo de governança no que se refere ao conhecimento sobre como os sujeitos percebem o lugar que vivenciam, bem como minimiza a possibilidade de identificar as opiniões e os sentimentos acerca das propostas de uma governança. O objetivo deste estudo é evidenciar a importância da inserção da avaliação subjetiva da qualidade de vida nos indicadores utilizados pela governança pública. Nesta pesquisa, de caráter bibliográfico, pode-se observar que os dados sugerem repensar o uso dos indicadores de qualidade de vida. Os resultados demonstram que os processos de governança pública necessitam de um enfoque multidimensional, que utilize indicadores objetivos e subjetivos, para mensurar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Governança pública; Qualidade de vida; Indicadores; Indicadores subjetivos.

1 Introdução

A preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar vem assumindo importância crescente na agenda de pesquisas das ciências sociais do pós-

ABSTRACT

The public governance is a process of shared management of public interests. It is conducted by the articulation of individuals, institutions and executive powers in systems that promote transparency, participation and democracy. Because it is complex, using various assessment procedures and controls, including the indicators of quality of life that can highlight the efforts in promoting public welfare. However, the definition of strategies that encourage participation and citizenship, subjectivity is little considered. This undermines the governance process as knowledge about how subjects perceive the place they live, and minimizes the possibility of identifying the views and feelings about a proposed governance. The aim of this study is highlight the importance of integrating the subjective assessment of quality of life indicators used in public governance. In this research, bibliographical, one can observe that the data suggest rethinking the use of indicators of quality of life. The results show that the processes of public governance require a multidimensional approach, using objective and subjective indicators to measure quality of life.

Keywords: Public governance; Quality of life; Indicators; Subjective indicators.

guerra. Desde a década de 1970, antropólogos, cientistas políticos, filósofos, sociólogos, economistas, psicólogos, geógrafos, entre outros, vêm empreendendo esforços significativos para avaliar, com efetividade, a qualida-

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil. Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: helenadobro@hotmail.com.

² Pós-doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Atualmente é professora pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: marialva@furb.br.

de da vida humana em uma dimensão mais subjetiva. Como resultado, foram criadas áreas de estudo sobre este tema na Ciência Econômica – *Economics of Happiness* – e na Psicologia – *Positive Psychology*. Atualmente, existe um extenso leque de pesquisas comparativas, intranacionais e internacionais que descrevem aspectos conceituais, metodológicos e políticos relacionados à avaliação subjetiva da qualidade de vida. O *World Database of Happiness* e a revista especializada *Journal of Happiness Studies* tematizam a questão.

Muitos debates e reflexões englobam a temática da qualidade de vida no campo da gestão. Na década de 1990, estudos sobre o processo de governança pública – ou seja, a prática de gestão que busca envolver os cidadãos nos processos de decisão a fim de torná-los sujeitos ativos na gestão pública – começaram a abarcar discussões que envolvem a qualidade de vida dos sujeitos, enfatizando uma perspectiva mais subjetiva. A participação dos indivíduos e a transparência da gestão, características da governança, enaltecem o aspecto subjetivo de cada ator social. Por isso, os debates sobre um processo de governança pública aproximam-se de questões que envolvem a qualidade de vida³, tendo em vista a participação de sujeitos sociais nesse processo.

O desafio, neste caso, é tentar aliar as estratégias de gestão da governança pública aos interesses dos sujeitos, ou melhor, dos cidadãos que delas participam. O uso de indicadores que possam avaliar a qualidade de vida de determinada localidade poderia ser de grande valia para o direcionamento dos esforços públicos. Existem diversos indicadores objetivos que já são utilizados, ou pelo menos, poderiam ser utilizados para este fim. No entanto, como a qualidade de vida é uma categoria de valor – o que é bom para um indivíduo

pode não ser para outro –, sua avaliação de forma subjetiva seria mais recomendada. Gupta e Agrawal (2011) afirmam que, quando se pensa em qualidade de vida, esta é relacionada a coisas que são fáceis de quantificar. Sabe-se que podem ser mensurados fatores como: expectativa de vida, taxa de inflação, taxa de pobreza e qualidade ambiental. Entretanto, há outros que também podem ser mensurados, mas que incluem um componente subjetivo, como o direito: à privacidade, à liberdade de pensamento, à liberdade de religião, à livre escolha de emprego, a uma remuneração justa, ao repouso e ao lazer. Por isso, Pukeliene e Starkauskiene (2011) ressaltam que, apesar de um interesse crescente nos estudos sobre qualidade de vida, a identificação dos fatores determinantes e a sua medição continuam sendo um problema que ainda não foi definitivamente resolvido.

Observa-se que, no processo de governança pública, a subjetividade dos indicadores de qualidade de vida é pouco considerada na definição de estratégias de gestão. Tal fato pode prejudicar o processo, principalmente, quando se desconhecem os atores e as suas percepções acerca do lugar que vivem. Desse cenário, surgiu a principal inquietação que motivou a realização deste estudo: De que maneira os indicadores subjetivos de qualidade de vida podem contribuir para o direcionamento das estratégias de gestão da governança pública? Por isso, com o objetivo de evidenciar a importância da inserção da avaliação de aspectos subjetivos da qualidade de vida nos indicadores utilizados na governança pública, foi realizado este artigo, de caráter teórico, que utilizou a técnica da pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 15) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Em resumo, este artigo procura

³ Neste trabalho, quando se faz referência aos termos qualidade de vida, felicidade e bem-estar, subentende-se que estas expressões pertencem a uma mesma temática. Não são sinônimos, mas, pertencem ao mesmo campo semântico, provocando uma mesma reflexão.

evidenciar a importância da inserção da avaliação de aspectos subjetivos da qualidade de vida nos indicadores utilizados pela governança pública, estimulando pesquisas e estudos que correlacionem estas áreas, com a intenção de influenciar positivamente as estratégias de sua gestão.

A partir das discussões travadas neste artigo teórico, observa-se a necessidade de um enfoque multidimensional para os indicadores de qualidade de vida, que reúna os dois aspectos – os objetivos e os subjetivos. A proposta é que a união desses aspectos poderia direcionar melhor as demandas em um processo de governança pública.

Este artigo está dividido em três seções. Inicialmente, são descritas as ponderações de diversos autores a respeito da governança pública e dos indicadores de qualidade de vida. A seguir, são analisadas as relações entre a governança pública e a avaliação subjetiva da qualidade de vida. E, por último, são apresentadas as considerações finais dos autores quanto ao objeto deste estudo e ao objetivo proposto.

2 A governança pública

O termo governança é originário dos vocábulos gregos *kybenan* (incitar, estimular) e *kybernetes* (guia, piloto) e foi historicamente associado à noção de “bom governo”. Esse termo foi resgatado ao final da década de 1980 pelas grandes agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento, financiadas pelo Banco Mundial, para representar o novo padrão de relações socioinstitucionais decorrentes da revisão das relações entre Estado, sociedade e capital privado (CARRION; COSTA, 2010).

Pela possibilidade de múltiplas aplicações da palavra, afinal o termo governança é bastante complexo, não existe um consenso quanto ao seu uso e à sua aplicação. Por isso, não é necessário limitar o efeito do conceito ao funcionamento de cada instituição

isoladamente ou à redefinição das suas competências. Geralmente, emprega-se o termo governança, tanto no setor público como no privado, para definir qualquer movimento de “descentralização” do processo decisório, com a participação dos atores envolvidos nessa decisão. Também é usado quando ocorre a introdução de formas mais flexíveis de gestão e regulação, com base em parcerias entre diferentes atores, ampliando a discussão sobre a interação entre as escalas e os domínios dos atores, não importando o quão poderoso possa ser o princípio da legalidade. A governança é mais legítima quando não há imposição, quando resulta de um processo coletivo guiado pela busca de respostas para desafios comuns, de acordo com valores compreendidos e compartilhados (VIELAJUS; SAUQUET, 2010). Entre as diferentes possibilidades de emprego do termo, está o de governança pública, que implica uma relação com o Estado.

O Relatório Mundial sobre o Setor Público (*World Public Sector Report*), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, demonstra que houve uma evolução na visão tradicional da “Administração Pública”, que era baseada em obediência, em controles rígidos e no conceito de “autoridades”. Durante esse processo evolutivo, a Administração Pública foi em busca de uma gestão mais empresarial, na linha do “*public management*”, de onde surgiu, por exemplo, o conceito de “gestor da cidade” no lugar do de prefeito e, posteriormente, o de governança participativa ou “*responsive governance*” (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010). Por tudo isso, neste artigo, o termo governança pública é apresentado como relativo às ações do Estado, associando a amplitude do termo “público” ao campo da sociedade, do povo.

O novo modelo que emerge está essencialmente centrado numa visão mais democrática, com participação

direta dos atores interessados, maior transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania. A visão envolve “sistemas de gestão do conhecimento mais sofisticados”, com um papel importante do aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação. (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010, p. 11).

A governança pública, conforme Kissler e Heidemann (2006, p. 486), agrupa “novos arranjos de atores (redes, alianças etc.) em três diferentes lógicas: a do Estado (hierarquia), a do mercado (concorrência) e a da sociedade civil (comunicação e confiança)”. Kissler e Heidemann (2006, p. 485) explicam que:

O Estado, neste contexto, deixa de ser uma instituição que se diferencia clara e distintamente do mercado e da sociedade, como acontece no governo tradicional. Estado, mercado, redes sociais e comunidades constituem mecanismos institucionais de regulamentação que se articulam em diferentes composições ou arranjos.

A governança, segundo Kissler e Heidemann (2006), prescreve uma lógica de gestão, tanto para uma organização quanto para um setor, e é usada como conceito-chave para vários tipos de atividades coordenadas. Algumas de suas formas ainda são típicas para certos campos de atuação, como, por exemplo, a hierarquia para o Estado e o mercado para a iniciativa privada. Entretanto, alguns arranjos institucionais apresentam uma governança caracterizada por estruturas mistas ou híbridas, em que diferentes mecanismos de gestão (controle hierárquico, concorrência, confiança e solidariedade) vêm atuando. Esta tese permite uma melhor compreensão das formas coletivas de atuação na sociedade do que o conceito tradicional de Estado ou o conceito de sistema de governo. Para ampliar tal perspectiva,

é decisiva a transição do Estado gestor (hierárquico), com ingerência na sociedade, para o Estado cooperativo, que atua em conjunto com a sociedade e as organizações empresariais por meio de parcerias estratégicas.

As parcerias resultam, geralmente, da credibilidade que o Estado possui junto ao seu público. Conforme o *World Public Sector Report*, de 2005, a governança ultrapassa a reforma da gestão e dos serviços, apontando para novos tipos de articulação Estado-sociedade, bem como para formas de governo com níveis mais diferenciados e descentralizados, e [...] “a abertura (“openness”) e transparência constituem, portanto, parte deste modelo emergente” (WORLD PUBLIC SECTOR REPORT, 2005, p. 13).

Muitas são as estratégias para evidenciar e avaliar os componentes de uma governança pública. Dentre elas, encontram-se o desenvolvimento e a aplicação dos indicadores. Através dos indicadores é possível reconhecer aspectos inerentes ao processo de governança pública. Para isso, devem ser consideradas questões materiais e estruturais, como também questões subjetivas, permitindo uma espécie de ordenamento, aceitação e satisfação. Ressalta-se ainda que a subjetividade estaria diretamente ligada à experiência de vivência e de pertencimento ao ambiente criado pelo processo de governança.

Veenhoven (2000) defende que o processo de entendimento e avaliação de questões relativas ao campo da política social não deve se limitar meramente a aspectos materiais, mas deve englobar aspectos intelectuais, culturais, emocionais etc., que efetivamente indiquem o nível de satisfação dos indivíduos. O progresso alcançado pelos objetivos materiais não pode ser sempre mensurado de forma objetiva, pois indicadores objetivos pouco informam aos responsáveis pelas políticas públicas sobre as preferências individuais. Gronemeyer (1988) salienta que, apesar de os agentes de uma governança pública

frequentemente terem palpites sobre o que as pessoas querem e mobilizarem recursos em função disso, eles deveriam saber do que as pessoas realmente precisam, com o intuito de definir objetivos mais significativos para melhorar a qualidade de vida da população. O entendimento das propostas dos indicadores poderia promover reflexões junto aos líderes da governança pública.

3 Indicadores de qualidade de vida

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OECD, 2009), um sistema de indicadores refere-se à coleta sistemática de informações para mensurar e monitorar determinada atividade, fenômeno ou situação de um país, de uma região, de um município ou mesmo do planeta como um todo. Os indicadores forne-

cem informações para as tomadas de decisão, ao longo do processo político, que incluem alocação e controle dos recursos, eficiência e transparência no uso destes recursos e ajustes dos programas do governo e das políticas públicas. Para Jannuzzi (2001), um indicador é uma medida, em geral, quantitativa. É um instrumento operacional de monitoramento da realidade para fins de formulação de políticas públicas que permite aprofundar a investigação sobre os determinantes dos diferentes fenômenos socioeconômicos. Os indicadores podem representar a totalidade ou a média da população e podem ser descritos por um percentual, por um índice ou pelo próprio valor medido. A OECD (2009) divide os indicadores em quatro categorias, conforme apresentado no Quadro 1.

A OECD (2009) explica que o monitoramento é um processo contínuo

CATEGORIAS	INDICADORES
<i>INPUT</i> (ENTRADA)	Indicam quantos recursos (pessoas, dinheiro, tempo etc.) são utilizados para produzir e distribuir bens e serviços.
PROCESSO	Demonstram o modo como as atividades estão comprometidas com um programa ou projeto que utiliza os referidos recursos.
<i>OUTPUT</i> (SAÍDA)	Revelam os bens e serviços produzidos (número de domicílios atendidos pelo programa social, quilômetros de estradas construídas etc.).
<i>OUTCOME</i> (RESULTADO)	Demonstram a dimensão que deve mudar como resultado de intervenção (política pública, programa ou projeto do governo) e os <i>outputs</i> produzidos.

Quadro 1 – Categoria dos indicadores

Fonte: Adaptado de OECD (2009).

de coleta e verificação de informações qualitativas e quantitativas e que os *inputs*, o processo e os *outputs* dos programas e das políticas públicas devem ser mensurados para saber quais os resultados que proporcionam. A avaliação dessas informações ocorre através da comparação com objetivos preestabelecidos, com *benchmarks*, ou com outros fenômenos relevantes. Enquanto o monitoramento visa buscar e promover o progresso contínuo, a avaliação procura confirmar se determinados objetivos foram atingidos. Nesse contexto, foram criados, no século XX, diversos indicadores para melhor avaliar o resul-

tado das ações e políticas públicas, que, de modo amplo, deveriam resultar na melhoria da qualidade de vida. Gadrey e Jany-Catrice (2006) e Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) afirmam que, após a crise econômica de 1930, as ideias *keynesianas* promoveram o interesse pela macroeconomia e pela estatística nos países industriais, resultando no desenvolvimento do indicador econômico mais utilizado em todo o mundo: o Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB é composto de duas partes. A primeira é o valor comercial de todos os bens e serviços vendidos no país durante um ano (...) Depois, acres-

centa-se a esse valor comercial uma segunda parte, que é o custo de produção dos serviços não comerciais das administrações públicas: o ensino público, os serviços oferecidos por governos municipais, estaduais e federal, etc. A criação de riqueza econômica assim mensurada, vale dizer, o PIB, é portanto, note-se, um fluxo de riqueza puramente comercial e monetário (GADREY; JANY-CATRICE, 2006, p. 31).

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) alertam que o PIB, quando usado como medida única dos resultados de políticas públicas, pode não ser um bom indicador, pois alguns bens e serviços não são precificados (como, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) que é fornecido gratuitamente) e, muitas vezes, o preço de mercado, de um bem ou serviço, difere do valor atribuído pela sociedade. Além disso, “tudo o que se pode vender e que tem um valor monetário agregado aumentará o PIB e o crescimento, o que não significa necessariamente o aumento do bem-estar individual e coletivo” (GADREY; JANY-CATRICE, 2006, p. 32). Outra dificuldade em relação a esse indicador é sua transposição cultural e geográfica:

O trabalhador desempregado nas favelas de Caracas descobre com surpresa que ele goza de um padrão de vida definido em termos do PNB [Produto Nacional Bruto⁴] que faria inveja a qualquer um. Com igual surpresa, o pescador da Samoa, que vive bastante bem com uma autossuficiência relativa, aprende que, em termos de PNB, ele é um dos habitantes mais pobres do planeta (CHESNEAUX, 1989, p. 64).

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) defendem que esse indicador deve ser adaptado para refletir as mudanças estruturais ocorridas nas sociedades modernas. Portanto, não basta analisar somente as alterações econômicas, mas faz-se

⁴ Diferentemente do PIB, o PNB não leva em consideração as transações do país com o exterior.

necessário também analisar as mudanças sociais, políticas e institucionais resultantes da gestão pública. Segundo Milone (1998), os indicadores demográficos e sociais, como expectativa de vida, mortalidade infantil, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização da atividade econômica, poder político, desemprego, entre outros, passaram a ser utilizados em conjunto com o PIB para complementar as averiguações transmitidas por este índice. Entretanto, Perroux (1981) afirma que indicadores sociais muito sintéticos, como a expectativa de vida, nada dizem sobre a qualidade da vida de uma pessoa na sociedade, ou ao longo de uma existência humana. O autor explica ainda que um indicador social situa-se na bifurcação entre a “multidimensionalidade dos objetivos de uma coletividade e a multidimensionalidade dos desejos do indivíduo capaz e animado por uma vida pessoal” (PERROUX, 1981, p. 95).

Outro indicador bastante conhecido é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina variáveis como longevidade, nível educacional e renda para captar e sintetizar as diversas dimensões do processo de desenvolvimento humano⁵. É, também, um índice que vem sendo utilizado pela Administração Pública para mensurar o resultado de suas políticas e direcionar seu planejamento estratégico. No entanto, o próprio idealizador do IDH, o paquistanês Mahbub ul Haq, afirmou que o índice é uma medida geral e sintética de desenvolvimento humano que não mede o nível de bem-estar das pessoas, mas simplesmente cumpre com maestria sua função de mensurar o nível de desenvolvimento das regiões avaliadas. Outro indicador bastante referenciado pelos gestores públicos é o Índice de Gini, que mede a desigualdade social – diferença

⁵ O objetivo do desenvolvimento humano, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996), é criar um ambiente no qual todas as pessoas possam expandir suas capacidades e no qual se ampliem as oportunidades da geração presente e das gerações futuras para desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

entre ricos e pobres –, permitindo avaliar o nível de distribuição ou de concentração de renda (PNUD, 1996).

O processo de governança pública poderia incluir, além dos indicadores já explicitados, indicadores socioambientais nas suas agendas, como, por exemplo, a Pegada Ecológica⁶, o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (ISEW⁷) ou o Índice de Progresso Real (GPI⁸). Porém, apesar de os indicadores que medem os efeitos das ações e políticas públicas terem se deslocado da área estritamente econômica e adotado uma postura interdisciplinar, observa-se que seu objetivo primordial – o aumento da qualidade de vida dos indivíduos – ainda não foi atingido com sucesso.

Layard (2009) ressalta que o conceito de qualidade de vida está relacionado tanto com recursos materiais (como a renda) quanto com aspectos não econômicos da vida das pessoas (o que as pessoas fazem e o que podem fazer e como elas se sentem no ambiente natural onde vivem, por exemplo). Os recursos são transformados em bem-estar de modo diferente entre as pessoas, pois indivíduos com maior capacidade de apreciação da vida, ou melhores habilidades para atingir uma situação de bem-estar, estarão em melhores condições mesmo se dispuserem de recursos econômicos mais escassos. Este tema tem sido objeto de estudo da filosofia desde Aristóteles e está refletido no princípio da utilidade (ou “*Greatest Happiness Principle*”) de Bentham, que diz:

Todas as ações, sejam elas de um indivíduo em particular ou do governo, devem ser aprovadas ou desaprovadas mediante o aumento ou diminuição de felicidade que elas proporcionam para os interessados (...) Uma ação está em conformidade com o

princípio da utilidade quando existe uma maior tendência desta ação aumentar a felicidade da comunidade como um todo do que diminuir a felicidade desta comunidade⁹ (BENTHAM, 2000, p. 14).

Segundo Layard (2009), uma antiga tradição de pensamento filosófico acredita que as melhores sociedades são aquelas onde há mais felicidade e menos miséria. Isso fazia parte do senso comum nos séculos XVIII e XIX, mas os filósofos céticos do início do século XX provocaram uma nova discussão sobre o assunto, ao questionar se alguém pode saber o que o outro realmente sente. Conforme Diener et al. (1999), nos últimos trinta anos, houve uma mudança quanto ao direcionamento do estudo do bem-estar humano, de modo que, em vez de investigar os fatores demográficos que tornariam as pessoas mais felizes – ser jovem, saudável, rico, extrovertido, otimista, religioso e casado e ter bom nível educacional –, busca-se entender os processos que constituem o bem-estar, pois as pessoas reagem diferentemente às mesmas circunstâncias e avaliam as situações com base em suas próprias experiências, expectativas e valores. Dito de outra forma, abandonou-se a abordagem que considera as influências *bottom-up* (externas, situacionais) para adotar-se a que enfoca os processos *top-down* (endógenos, internos ao indivíduo).

De acordo com Pukeliene e Starkauskiene (2011), a literatura científica apresenta uma ampla gama de fatores que são determinantes da qualidade de vida. Entre os principais fatores que afetam essa qualidade e que foram identificados em vários campos da ciência, encontram-se: liberdade, estabilidade

⁹ Tradução livre do texto original em inglês: “By the principle of utility is meant that principle which approves or disapproves of every action whatsoever accordingly to the tendency it appears to have to augment or diminish the happiness of the party whose interest is in question: or, what is the same thing in other words to promote or to oppose that happiness. I say of every action whatsoever, and therefore not only of every action of a private individual, but of every measure of government (...) An action then may be said to be conformable to the principle of utility, or for shortness sake, to utility, (meaning with respect to the community at large) when the tendency it has to augment the happiness of the community is greater than any which it has to diminish it” (BENTHAM, 2000, p. 14).

⁶ A questão fundamental da Pegada Ecológica é quanto à “dívida ecológica” dos homens, pois os recursos utilizados por estes ultrapassam sua capacidade natural de regeneração. O método deste indicador pretende avaliar a diferença entre a superfície do planeta explorada pelo homem (a pegada) e a superfície disponível para tal exploração.

⁷ A sigla ISEW vem do nome original do indicador, em inglês: *Index of Sustainable Economic Welfare* (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

⁸ A sigla GPI vem do nome original do indicador, em inglês: *Genuine Progress Indicator* (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

política e econômica, acessibilidade à educação e à segurança social, bem como condições relativas à saúde, segurança, moradia e renda. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) mencionam aspectos que determinam a qualidade de vida de uma pessoa, conforme apresentado no Qua-

dro 2. Não existe, no entanto, consenso de que alguma destas variáveis tenha prioridade sobre as outras na obtenção de um nível ótimo de bem-estar, pois cada indivíduo cria seu próprio sistema de pesos para os aspectos considerados fundamentais para sua qualidade de vida.

Aspectos que determinam a qualidade de vida individual	
Saúde	Determina tanto a duração quanto a qualidade da vida de uma pessoa.
Educação	Influencia a qualidade de vida de um indivíduo independente dos seus efeitos na renda e na produtividade. Pessoas com níveis maiores de escolaridade geralmente são mais saudáveis, representam a parte da população com menor índice de desemprego, possuem uma vida social mais ativa e um maior engajamento na vida civil e política. Existe um consenso de que a educação beneficia tanto a pessoa que a recebe quanto a comunidade na qual ela vive.
Atividades (ou uso do tempo)	O modo como as pessoas ocupam seu tempo e a natureza das atividades que desempenham exercem impacto na sua qualidade de vida. O trabalho remunerado tem efeito sobre a qualidade de vida porque fornece identidade ao indivíduo e oportunidades de socialização. Já o trabalho voluntário pode proporcionar sentimento de dever cumprido e autorrealização. O tempo dedicado ao lazer é fundamental para melhorar a qualidade de vida de uma pessoa.
Participação política	Manifestada pela cidadania, é uma liberdade essencial e, portanto, contribui para uma melhor qualidade de vida.
Conexões (ou relacionamentos) sociais	Pessoas que possuem mais conexões sociais ou capital social tendem a avaliar suas vidas de maneira mais positiva, uma vez que a maioria das atividades que proporciona prazer e satisfação envolve a socialização.
Condições ambientais	As condições ambientais têm impacto na qualidade de vida das pessoas porque: a) afetam sua saúde; b) envolvem a oferta de serviços como o fornecimento de água potável e espaços para recreação; c) influenciam suas escolhas, como, por exemplo, o local onde morar; d) podem levar a desastres naturais, destruindo vidas e propriedades.
Segurança e seguridade	A insegurança pessoal, consequência, principalmente, da violência urbana, e a insegurança econômica, manifestada pelo desemprego, pela aposentadoria, pela doença, entre outros, provocam decréscimos na qualidade de vida do indivíduo.

Quadro 2 – Aspectos que determinam a qualidade de vida individual

Fonte: Adaptado de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009).

Frey e Stutzer (2002), por sua vez, identificaram os seguintes determinantes da qualidade de vida: a) personalidade (autoestima, controle emocional, otimismo, extroversão, neurose); b) fatores sociodemográficos (idade, sexo, estado civil, educação); c) fatores econômicos (renda individual e agregada, desemprego, inflação); d) fatores contextuais e situacionais (situação de trabalho e emprego, níveis de estresse no trabalho, relações interpessoais com colegas de trabalho, parentes, amigos e

parceiros, condições de vida e de saúde); e) fatores institucionais (descenralização política, participação política dos cidadãos). Estes autores consideraram que a felicidade não é dada e imutável, mas construída por cada pessoa e influenciada pelo contexto social.

No entanto, Veenhoven (2000) alerta que o termo qualidade de vida é ambíguo, não é diretamente observável nem facilmente mensurável. A avaliação da qualidade de vida pode ser classificada em dois tipos: objetiva e subjetiva. A

primeira avalia, através de um julgamento exterior, o atendimento de critérios explícitos tomados como referenciais de qualidade de vida. Já a segunda baseia-se em critérios implícitos, de acordo com o julgamento do próprio indivíduo.

Os indicadores objetivos se referem às ocorrências concretas, construídas a partir das estatísticas públicas disponíveis. São exemplo de indicadores objetivos o percentual de domicílios com acesso à rede de água, à taxa de desemprego, taxa de evasão escolar ou o risco de acidentes de trabalho. Os indicadores subjetivos ou qualitativos correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão. Índice de confiança nas instituições, e notas avaliativas sobre a performance dos governantes são alguns dos indicadores subjetivos mais periodicamente produzidos (JANNUZZI, 2001, p. 20).

Alguns exemplos de indicadores objetivos de qualidade de vida são os já mencionados PIB, IDH e os indicadores demográficos e sociais, bem como o Índice de Bem-Estar Econômico (OSBERG; SHARPE, 2003); o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (ISEW), de Daly e Cobb (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009); e o Índice de Progresso Real (GPI), também de Daly e Cobb (MCGILLIVRAY; CLARKE, 2006).

Embora exista uma gama diversificada de indicadores objetivos de qualidade de vida, que atendem aspectos econômicos e sociais da vida da população, estes índices ainda são considerados insuficientes para tratar de questões complexas como a qualidade de vida e a satisfação de uma população (EAS-TERLIN, 1974; DIENER E SUH, 1997; VEENHOVEN, 2000; HEYLIGHEN E BERNHEIM, 2001; ROJAS, 2008). Estes autores argumentam que o bem-estar deve ser declarado pela pessoa (enfoque

de baixo para cima), em vez de basear-se na presunção de um investigador (enfoque de cima para baixo), porque, para este, a medida adotada seriam as posses materiais, a expressão facial ou o comportamento do indivíduo analisado.

Segundo Diener e Suh (1997), a avaliação subjetiva é sempre mais eficiente, pois fornece uma análise adicional ao indicar as evidências implícitas nos indicadores objetivos. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) reforçam que estes índices não visam substituir os indicadores convencionais, mas proporcionar uma oportunidade para enriquecer as discussões e divulgar a visão das pessoas quanto às suas condições de vida. Conforme Rojas (2008), ninguém está em melhor condição para julgar sua qualidade de vida, ou sua satisfação com a vida, do que a própria pessoa que a vivencia. Layard (2009) afirma que a maior vantagem desta abordagem é que leva em conta o fato de a satisfação com a vida depender do contentamento do indivíduo em relação a diferentes domínios, como família, trabalho, comunidade, saúde, educação, renda, entre muitos outros, os quais dependem, por sua vez, das políticas públicas, da prestação de serviços públicos e da satisfação do indivíduo com estes serviços. Portanto, o indicador que mede a satisfação da população com a vida pode propiciar o desenvolvimento de um modelo causal que auxilie na definição e implementação da governança pública.

Para Diener (1984), a avaliação subjetiva do bem-estar engloba três aspectos: a) a satisfação com a vida, que é o julgamento geral de uma pessoa sobre sua vida em um determinado momento; b) a presença de emoções positivas, demonstrada pelo fluxo destas emoções – felicidade, alegria, vitalidade, energia etc. – de um momento para outro; e c) a ausência de emoções negativas, indicada pelo fluxo destas emoções – raiva, tristeza, depressão etc. – de um momento para outro. Kahneman (1999) recomenda a utilização de avaliações

baseadas em amostras da experiência de vida dos indivíduos, através dos métodos *Experience Sampling*¹⁰ (Amostra da Experiência) e *Day Reconstruction Method*¹¹ (Método da Reconstrução do Dia). Uma pesquisa realizada continuamente em aproximadamente 160 países, o *Gallup World Poll*¹², avalia a satisfação dos pesquisados com sua vida por meio da associação de respostas a uma escala de “degraus da vida”, incluindo ainda questões sobre as emoções negativas e positivas vivenciadas no dia anterior à realização da pesquisa.

A relatividade inerente à avaliação subjetiva da qualidade de vida, no entanto, pode levar a dois problemas, segundo Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009): dificuldade da realização de comparações interpessoais, pois indivíduos distintos podem usar as escalas de forma diferente; e possibilidade de que eventos externos distorçam as avaliações subjetivas, porque o próprio humor da pessoa pode interferir na avaliação. Giannetti (2002) complementa a lista de problemas ao mencionar que: a) mesmo entrevistas bem-estruturadas podem induzir ao erro quando se propõem a avaliar a qualidade de vida subjetiva; b) o simples fato de se perguntar a alguém se está feliz, ou satisfeito, com a sua vida pode interferir na resposta; c) o entrevistador pode influenciar negativa ou positivamente uma resposta, fazendo com que o entrevistado tenha dúvidas sobre o que acredita ser verdade e o que considera socialmente desejável; d) o contexto e o ambiente nos quais a entrevista é conduzida também podem alterar o seu resultado; e e) a sequência das perguntas pode modificar a orientação do entrevistado. Easterlin (1974) acrescenta que diferentes critérios e escalas adotados nas pesquisas que visam medir a qualidade de vida podem gerar respostas distintas para perguntas seme-

¹⁰ “*Experience Sampling*” refere-se às técnicas utilizadas para gravar as experiências dos participantes durante sua vida cotidiana (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

¹¹ O “*Day Reconstruction Method*” pede aos respondentes que reconstruam seu dia anterior, com base em um questionário estruturado e autoadministrado (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

12

lhantes dirigidas a uma mesma pessoa.

A principal alternativa para minimizar a relatividade é a autoavaliação. O uso de escalas visuais, com pontos explícitos de referência (dez para a melhor avaliação da própria vida e zero para a pior avaliação) tem se mostrado eficiente nas avaliações cognitivas, que são menos vulneráveis a comparações (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Cantril (1965) desenvolveu a “Escala com Critérios Autodefinidos” (*Self-Anchoring Striving Scale*), na qual o entrevistado define, com base em suas percepções, seus objetivos e seus valores, as duas extremidades da escala (o “fraco” e o “forte”, o “baixo” e o “alto”, o “ruim” e o “bom”, o “pior” e o “melhor” etc.) e informa, segundo esta escala autodefinida, em qual posição de uma “escada da vida” ele se encontra naquele momento. Heylighen e Bernheim (2001) defendem a utilização de outro método de autoavaliação, o ACSA (*Anamnestic Comparative Self-Assessment*), que procura eliminar a relatividade temporal ao solicitar que o entrevistado avalie sua vida considerando o melhor e o pior momento vivido. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) apresentam algumas questões independentes e outras dependentes do contexto para auxiliar na seleção de um método de agregação das dimensões de qualidade de vida. São elas: A sociedade está bem? As pessoas estão vivendo bem? As pessoas estão vivendo felizes? As pessoas estão satisfeitas com suas vidas? As pessoas têm a qualidade de vida que elas querem? Estas questões ultrapassam os aspectos puramente objetivos de análise de um indicador.

Tanto critérios objetivos como subjetivos devem coexistir em uma avaliação integral da qualidade de vida humana, uma vez que ambos são complementares. No entanto, Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) ressaltam que as avaliações de qualidade de vida apresentam alguns desafios, que devem ser enfrentados de modo a aumentar a confiabilidade de seus indicadores. Um primeiro desafio

refere-se às relações entre as diferentes dimensões da qualidade de vida, pois desenvolvimentos em uma área (educação, por exemplo) afetam desenvolvimentos em outras (saúde, participação política, conexões sociais etc.). As consequências negativas da falta de desenvolvimento de duas dimensões – econômica e da saúde, por exemplo – excedem a perda de qualidade de vida causada pelo efeito de cada uma das dimensões de forma separada, de modo que o todo (resultado de todas as políticas vigentes) é maior do que a soma de cada um dos efeitos produzidos. Outro desafio está relacionado ao fato de que as medidas de qualidade de vida se constituem de agregados e de médias. Esta prática pode maquiagem ou até mesmo esconder as desigualdades de qualidade de vida entre diferentes grupos da população, bem como mascarar a sua distribuição dentro de uma região.

Todavia, as discussões acerca do desenvolvimento e do uso de indicadores subjetivos podem representar um avanço nas reflexões quantitativas e puramente objetivas, que vem sendo utilizadas pelos gestores. A incorporação de novos indicadores, mesmo sendo de difícil avaliação e ainda muito sujeita a críticas, pode ser uma opção para os gestores envolvidos no processo de governança pública.

4 A utilização de indicadores subjetivos de qualidade de vida no processo de governança pública: algumas reflexões

Para os governantes públicos, repensar a lógica de análise dos fenômenos que ocorrem em uma sociedade não é tarefa fácil. Muitos são os elementos que analisam os níveis de qualidade de vida de uma localidade, dos quais alguns podem ser mensurados e outros observados ou “ouvidos”. Dessa forma, para construir processos que possam promover a qualidade de vida com mais transparência a democracia, é fundamental compreender as reais necessidades da sociedade. Conforme Sachs,

Lopes e Dowbor (2010, p. 15), “como sociedade, desejamos não somente sobreviver, mas viver com qualidade de vida. E isto implica elencarmos de forma ordenada os desafios e as respostas. São os resultados mínimos a serem atingidos, com os processos decisórios correspondentes”.

Atualmente, observam-se muitos discursos em torno da qualidade de vida, como os de políticos, gestores e líderes de diferentes áreas que propõem uma prioridade para esse tema em suas ações. No entanto, ainda não se percebe o resultado destas propostas junto aos atores sociais que vivenciam as ações do Estado.

O resgate destas prioridades reais do planeta e da humanidade envolve por sua vez uma participação muito mais significativa do Estado, que com todas as suas fragilidades ainda constitui o melhor instrumento de coordenação de esforços sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade. É indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de planejamento. Estamos falando, na realidade, da construção de uma outra cultura política (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010, p. 15).

Obviamente, estes movimentos implicam mudança de cultura, ou seja, compreensão e adaptação aos valores e às influências temporais de cada realidade. Um processo de governança pública poderia proporcionar uma forma de repensar e de agir que superasse a organização tradicional do Estado e cobrasse uma maior participação dos atores sociais nos processos decisórios.

A construção desta perspectiva também apresenta ameaças, pois, na tentativa de considerar os aspectos “subjetivos” que compõem uma discussão e uma prática de qualidade de vida, os agentes públicos podem, no decorrer do processo de governança, conservar os “tabus” e os “vícios”, que estão pre-

sentes nos métodos tradicionais de diagnósticos e análises. A valorização dos olhares do passado, que privilegiavam os indicadores objetivos, enriquecida com as novas reflexões subjetivas, poderia evidenciar melhor os reais e diferentes anseios da população. A apreciação quanto à efetividade da governança pública é uma categoria de valor, pois o que representa um resultado de qualidade para alguns pode não sê-lo para outros. Por isso, os indicadores objetivos por si só não são suficientes para traduzir as diferentes opiniões acerca da governança pública. Acredita-se que este processo de construção precisa ser visto como uma ação coletiva, participativa. Unir o conhecimento já existente às inovações, ouvindo as objeções e os contra-argumentos dos atores sociais, pode ser o caminho mais adequado. Além da reflexão do conteúdo e do instrumental, há que se considerar a maneira pela qual é possível aproximar a sociedade da Administração Pública Como incentivar os atores sociais a evidenciar suas reais necessidades e percepções?

Propostas e estruturas que valorizem a transparência, a descentralização e a articulação de fatores que formam a base de uma governança pública precisam ser consideradas na aproximação do Estado com a sociedade. Indicadores bem elaborados, porém indevidamente coletados ou superficialmente analisados, não resultariam em propostas e ações adequadas. Como exemplo, podem-se citar os atuais indicadores, como os amplamente conhecidos PIB e IDH e os indicadores customizados para atender a demandas específicas, que são utilizados a fim de avaliar a qualidade de vida como um todo.

Quando se assume que a qualidade de vida é um dos objetivos primordiais da governança pública, os seus indicadores deveriam, então, avaliar em que medida suas ações têm impactado a qualidade de vida dos indivíduos. Uma das condições fundamentais para a emergência de um novo indicador,

que avalie em que medida a governança pública tem proporcionado melhor qualidade de vida em seu entorno, é a existência de um consenso em torno de uma nova convenção de valores. Para que isso seja possível, esta convenção, manifestada através deste novo indicador, deve propiciar viabilidade técnica e redução das margens de incerteza dos dados e dos resultados (GADREY; JANY-CATRICE, 2006). O consenso sobre esse novo indicador deve ser devidamente legitimado através de divulgação na mídia que mostre sua importância no debate público.

Segundo Frey e Stutzer (2002), os indicadores que visam mensurar a qualidade de vida devem ser confiáveis, válidos, consistentes e comparáveis. Gadrey e Jany-Catrice (2006) recomendam que o indicador proporcione continuidade temporal dos dados e permita comparações internacionais, sendo indispensável que não mude constantemente de referencial ao longo do tempo. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p. 7) afirmam que “o que medimos afeta o que fazemos; se nossas medidas são falhas, as decisões podem ser distorcidas”. Daí a necessidade manifestada em discursos de governança pública de buscar medidas adequadas para mensurar a qualidade de vida.

A utilização de um indicador que analise a qualidade de vida por um viés subjetivo, levando em consideração as diferenças individuais, aliada aos indicadores de caráter objetivo já utilizados, seria o mais indicado. De acordo com Layard (2009), os dados coletados, com certa frequência, serviriam para monitorar tendências na vida da comunidade e identificar quais dimensões estão melhores e quais estão piores, além de tornar facilmente observável a distribuição do bem-estar entre a população.

Exemplos como o de Butão, onde os indicadores servem como mediadores, ou pontes, que unem os valores da sociedade e as políticas públicas, poderiam ser seguidos por outras localidades. Neste caso, os indicadores tornam-

se vitais para fornecer *feedback* quanto à efetividade de políticas existentes, pois refletem os valores e ajudam a definir os programas governamentais. O Butão adotou a Felicidade Interna Bruta (FIB), criada em 1972, como medida alternativa do bem-estar do indivíduo e da sociedade e como indicador complementar do PIB. Existem dois projetos-piloto de implementação da FIB no Brasil¹³: um no bairro Jardim Campo Belo, na região de Viracopos, em Campinas (SP); e outro no bairro Vila Belo Horizonte, em Itapetininga (SP).

A Declaração do Milênio das Nações Unidas, realizada em 2000, e suas subsequentes Metas do Milênio têm por objetivo melhorar a vida das pessoas nos países em desenvolvimento até 2015. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem contribuído imensamente nessa discussão, desde 2004, com a organização dos Fóruns Mundiais sobre Estatística, Conhecimento e Políticas Públicas (*Statistics, Knowledge and Policy*), nos quais o debate internacional quanto à utilização de dados estatísticos e indicadores coerentes e confiáveis é estimulado para definir os reais propósitos e avaliar os resultados das políticas públicas. O Índice Canadense de Bem-Estar, que visa auxiliar a criação e implementação de políticas, é fruto destas discussões.

Diante dos diferentes indicadores, que já consideram os elementos subjetivos da qualidade de vida ligados às ações públicas, encontram-se alguns pontos em comum: a) a opinião individual é levada em consideração na construção de um índice de qualidade de vida; b) existe uma periodicidade e uma metodologia específica para coleta e análise dos dados; c) as análises das informações objetivas e subjetivas, a respeito da qualidade de vida individual, têm grande importância no planejamento estratégico e na definição de políticas públicas; d) os resultados dessas análises servem para

monitorar o alcance e a efetivação das ações públicas, bem como para avaliar a satisfação que as mesmas proporcionam aos indivíduos; e) os indicadores dão suporte ao redirecionamento das ações públicas quando necessário; f) os processos de coleta, para os dados que compõem o indicador, foram bem aceitos nos países onde são aplicados, incorporando-se à rotina de seus habitantes (consenso e legitimidade adquiridos); e g) muitas sociedades apresentaram melhorias nos indicadores objetivos tradicionais. No Butão, por exemplo, a expectativa de vida aumentou de 43 anos (em 1982) para 65 anos (em 2008) e a taxa de mortalidade diminuiu de 163 mil para 52 mil por habitantes, no mesmo período (CASTRO, 2008). Estas mudanças podem ter alguma relação com a valorização da subjetividade e com o aumento da participação individual nos processos coletivos.

No entanto, com o intuito de melhor entender as relações entre governança pública e qualidade de vida subjetiva, convém enumerar algumas questões-chave: Em que medida a governança pública deve se orientar por indicadores objetivos e em que medida deve se orientar por indicadores subjetivos? Como legitimar um novo indicador de governança pública nos diversos ambientes por ela influenciados? Como tornar a avaliação subjetiva da qualidade de vida uma prática frequente e espontânea de governança pública na comunidade envolvida? Observa-se que a consideração destas e de outras questões pode facilitar a discussão e o desenvolvimento de estratégias na governança pública, que, obviamente, propõe uma maior participação dos atores sociais e, conseqüentemente, um maior comprometimento dos envolvidos.

4 Considerações finais

Este artigo, de natureza teórica, buscou evidenciar a importância da inserção da avaliação subjetiva da qualidade de vida nos indicadores utilizados

¹³ Ver <http://www.felicidadeinternabruta.org.br>.

pela governança pública. Os indicadores de caráter subjetivo são aqueles que conseguem ampliar a percepção, os significados e os sentimentos dos sujeitos. No entanto, os indicadores de natureza objetiva, por serem mais fáceis de mensurar e demonstrar, acabam sendo os mais utilizados. Contudo, eles analisam apenas os aspectos exógenos da vida das pessoas e não conseguem analisar os aspectos subjetivos.

Nesse contexto, os teóricos da área discutem a utilização de indicadores que avaliam aspectos subjetivos da qualidade de vida e que pudessem abarcar os fatores endógenos e as percepções relativas a eles. Isso aprofundaria o entendimento sobre a realidade. O conhecimento dos aspectos subjetivos poderia contribuir, ainda mais, na avaliação da satisfação das ações públicas – fato valorizado na governança pública. A inserção nos indicadores de algumas questões (tais como: Você está vivendo bem? Você é feliz? Você desfruta de uma boa qualidade de vida?) permite observar percepções relativas ao sentimento e à experiência de vida que ultrapassam a avaliação objetiva dos movimentos propostos por um processo de governança, mas que evidenciam discussões mais profundas. Respostas de caráter subjetivo, como, por exemplo “O lugar é limpo e bonito, mas não há abertura para amizade”, sugerem a criação de espaços de lazer, entretenimento, investimentos em cultura etc., fatores que podem ampliar a satisfação do indivíduo. Muitas questões complexas podem não ser obtidas apenas através de perguntas objetivas, sendo necessário avaliar outros elementos referenciais.

As discussões sobre governança pública e indicadores de qualidade de vida permitiram concluir que a implementação e a análise de indicadores que valorizem a subjetividade dos indivíduos ainda não é fácil. O tempo necessário para este tipo de aprofundamento, muitas vezes, não é respeitado pelos gestores públicos que trabalham

na lógica da “adaptação” e pouco na da “transformação”. Além disso, a diversidade de percepções e de expectativas pode influenciar na análise do índice de qualidade de vida. Por isso, os indicadores e os procedimentos de coleta dos dados precisam ser construídos a partir das necessidades específicas, pautadas nas prioridades dos sujeitos, aliadas às intenções e aos recursos dos envolvidos com a governança.

Em síntese, considerar tanto a heterogeneidade observada em variáveis demográficas, sociais e econômicas como também a heterogeneidade em variáveis psicológicas e culturais exige um esforço maior, mas gera, todavia, resultados mais autênticos. Por isso, a linguagem dos instrumentos, a qualificação dos entrevistadores, os momentos de abordagem, as intenções de amostragem, o modelo de organização, o tratamento dos dados e a experiência em interpretações subjetivas em abordagens qualitativas são fundamentais para a compreensão de uma dada realidade. Tais pressupostos demonstram as dificuldades de utilizar indicadores subjetivos de qualidade de vida, pois seus componentes são mais dependentes de variáveis psicológicas e culturais do que sociais.

Conclui-se que o uso de indicadores objetivos como medida de avaliação da qualidade de vida demonstra, de fato, uma importante parcela da realidade, que pode contribuir com as decisões da governança. Porém, o emprego de indicadores subjetivos pode apresentar uma oportunidade para conhecer os elementos da percepção individual e os saberes vivenciados, que, muitas vezes, podem passar despercebidos na construção de medidas mais fechadas. Talvez, uma construção articulada entre os dois tipos de indicadores ampliaria tal compreensão. Todavia, para isso, os mecanismos precisariam ser muito bem elaborados por equipes multidisciplinares.

Por fim, sem a intenção de criticar a utilidade e o valor dos indicadores objetivos, que possuem sua validade, por ve-

zes demasiadamente expressada, pretende-se, com este trabalho, chamar atenção para o aprofundamento qualitativo que a adoção de indicadores subjetivos de qualidade de vida pode oferecer para os diálogos sobre os desafios enfrentados pela governança pública. Por isso, este estudo pode ser interpretado como uma pequena contribuição para este desafio, pois representa apenas um recorte que, devido às suas limitações, não pode ser visto como indiscutível. Surge, pois, a necessidade de novos estudos, com uma nova visão, que se preocupem com esta temática de cunho empírico, junto aos sujeitos envolvidos com a governança, na tentativa de buscar a sua compreensão para então realizar ações de valorização dos conhecimentos subjetivos. Também se faz necessário ampliar a percepção sobre o conteúdo, o uso e os resultados da utilização de indicadores para melhorar a qualidade de vida, bem como outros estudos que possam contribuir com esta reflexão.

Referências

- BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Kitchener: Batoche Books, 2000.
- CANTRIL, H. **The pattern of human concerns**. New Brunswick; New Jersey: Rutgers Univ. Press, 1965.
- CARRION, R. M.; COSTA, P. A. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. **Espacio abierto**, v.19, n.4, p. 621-640, 2010.
- CASTRO, Haroldo. Um país em busca da felicidade. **Época**, n. 544, out. 2008.
- CHESNEAUX, J. **La modernité monde**. Paris: La Découverte, 1989.
- DIENER, E.; SUH, E. M.; LUCAS, R. E.; SMITH, H. L. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, n. 2, p. 276-302, 1999.
- DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators. **Social Indicators Research**, v. 40, p. 189-216, 1997.
- DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological Bulletin**, v. 93, n. 3, p. 542-575, 1984.
- EASTERLIN, R. A. Does Economic Growth Enhance the Human Lot? Some Empirical Evidence. In: DAVID, P. A.; REDER, M. (eds.) **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz**. New York: Stanford University Press, 1974. p. 89-125.
- FREY, B. S.; STUTZER, A. **Happiness and Economics**. New Jersey: Princeton University Press, 2002.
- GADREY, J.; JANY-CATRICE, F. **Os Novos Indicadores de Riqueza**. São Paulo: SENAC, 2006.
- GIANNETTI, E. **Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRONEMEYER, M. **Die Macht der Bedürfnisse**. Reibek: Rowohlt, 1988.
- GUPTA, Nupur; AGRAWAL; Vijay. Demystifying the outlook on quality of life: a study through review of literature. **Internacional Journal of Computing and Corporate Research**, v.1, n.2, set. 2011.
- HEYLIGHEN, F.; BERNHEIM, J. **Measuring Global Progress Through Subjective Well-Being**. Anais da III Conference of the ISQOLS, University of Girona Press, 2001.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- KAHNEMAN, D. Objective Happiness. IN: KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. **Well-Being: the foundation of hedonic psychology**. New York: The Russell Sage Foundation, 1999.

- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP**, v.40, n.3, mai./jun. 2006.
- LAYARD, R. **Why subjective well-being should be the measure of progress**. In: The 3rd OECD World Forum on Statistics, Knowledge and Policy – Charting Progress, Building Visions, Improving Life. Busan Korea, 27-30 October 2009. Disponível em: <<http://www.oecdworldforum2009.org>>. Acesso em: janeiro 2010.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAX-NEFF, M. A. **Economía Transdisciplinaria para la sustentabilidad**. Conferencia “Nuevas perspectivas del concepto de Desarrollo a Escala Humana. Madrid, 18 de enero de 2007. Disponível em: <<http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo68/files/max-neef.pdf>>. Acesso em: 2 de maio de 2010.
- MCGILLIVRAY, M.; CLARKE, M. Human well-being: Concepts and measures. In: MCGILLIVRAY, M.; CLARKE, M. [eds.] **Understanding human well-being**. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2006.
- MILONE, Paulo C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Teorias e Evidências Empíricas. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (org). **Manual de economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- OECD. **Governing Regional Development Policy: the use of performance indicators**. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 14 de março de 2010.
- OSBERG, L.; SHARPE, A. **Human Well-Being and Economic Well-Being: What Values are Implicit in Current Indices?** Centre for the Study of Living Standards, 2003. Disponível em: <<http://www.csls.ca>>. Acesso em: 13 de março de 2010.
- PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996**. Brasília: IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996.
- PUKELIENE, V.; STARKAUSKIENE, V. Quality of Life: Factors Determining its Measurement Complexity. **Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics**, v. 22, n.2, p. 147-156, 2011.
- ROJAS, M. **The Measurement of Quality of Life: Conceptualization Comes First – A Four-Qualities-of-Life Conceptual Framework and an Illustration to Latin America**, 2008. Disponível em: <<http://www5.iadb.org/res/laresnetwork/files/pr308finaldraft.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2009.
- SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. **Crises e oportunidades em tempo de mudança**. Documento de referência para as atividades do núcleo “Crises e Oportunidades” no Fórum Social Mundial Temático. Bahia, Brasil: 16 de janeiro de 2010.
- STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. 2009. Disponível em: <<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>>. Acesso em: 14 dezembro de 2009.
- THE GALLUP ORGANIZATION. Site institucional. Disponível em: <<http://www.gallup.com>>. Acesso me: 24 de abril de 2010.
- VEENHOVEN, R. The four qualities of life. **Journal of Happiness Studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.
- VIELAJUS, M; SAUQUET, M. **Corporate responsibility in the multi-**

stakeholder collaboration in social Governance. Disponível em: <<http://www.institut-gouvernance.org/fr/analyse/fiche-analyse-289.html>>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

WORLD PUBLIC SECTOR REPORT. **Unlocking the Human Potential for Public Sector Performance.** 2005. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan021616.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2011.

